

EM BUSCA DE UMA REDE CONCEITUAL NA GRAMATICOGRAFIA BRASILEIRA OITOCENTISTA DO PORTUGUÊS: A CÓPULA EM SOTERO DOS REIS (1866, 1871, 1877) E EM CARNEIRO RIBEIRO (1877)

Bruna Polachini¹

RESUMO

O objetivo desse trabalho é demonstrar a rede conceitual em torno do conceito de *cópula* em duas gramáticas brasileiras oitocentistas do português, a saber: *A Grammatica Portugueza*, de Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) em suas três edições, de 1866, 1871 e 1877, e a *Grammatica Portugueza Philosophica*, de Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), em sua única edição, de 1877. Para tanto, nos baseamos na proposta de Swiggers (2010) de que todo termo pode ser analisado por seu *conteúdo focal* e por seu *conteúdo contrastivo*, gerando neste último uma rede conceitual. Assim, num primeiro momento observamos somente o conteúdo relativo à *cópula*, nos termos *verbo substantivo/abstrato* e *verbo atributivo/concreto*, para em seguida relacionar esse conteúdo com aqueles dois outros termos com que acreditamos que a *cópula* forma seu conteúdo contrastivo: o *verbo* e a *proposição/oração*.

Palavras-chave: Historiografia Linguística, Gramaticografia brasileira, Cópula, Verbo substantivo.

ABSTRACT

The aim of this work is to demonstrate there is a conceptual web around the concept of *copula* in two Brazilian grammars of Portuguese of nineteenth century, namely: *Grammatica Portugueza*, by Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) in three editions, of 1866, 1871 and 1877, and the *Grammatica Portugueza Philosophica*, by Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), only edition, of 1877. In order to do that we apply the proposal by Swiggers (2010) that each term can be analyzed looking into its focal content and looking into its contrastive content, in which the term build its conceptual web. Therefore, first, we analyze only copula's content, in terms like *substantive/abstract verb* and *adjective/attributive/ concrete verb*. After that, we relate those focal content to those other two terms to which we believe *copula* build its contrastive content: *verb* and *sentence*.

Key words: Historiography of Linguistics, Brazilian Grammars, Copula, Substantive Verb.

Introdução

Este artigo é parte de um trabalho mais amplo que temos realizado na pesquisa de doutorado, a que faremos referência ao longo do texto a fim de situar o leitor. Acerca desse

¹ Bruna Soares Polachini é Mestre em Letras pela USP e aluna de doutorado do Programa de Semiótica e Linguística Geral, da Universidade de São Paulo, orientanda da Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho Sansone. É bolsista CNPq de doutorado.

trabalho, ele é dividido em três partes. Na primeira, intitulada “O conceito de *cópula* (ou verbo substantivo) no século XIX”, exploramos o conceito que teve impacto sobre a produção gramatical brasileira, sobretudo aquele sustentado na *grammaire générale* francesa. A segunda parte, chamada “Sobre a gramaticografia brasileira do português no século XIX”, é destinada a um primeiro mapeamento das publicações do período, de forma a apreender a emergência e formação dessa produção que se inicia justamente no século XIX. A terceira parte, por fim, é propriamente a análise das gramáticas de Sotero dos Reis e de Carneiro Ribeiro, onde demonstramos a rede conceitual que o conceito de *cópula* pode realizar com os termos ‘verbo’ e ‘proposição/oração’.

O conceito de *cópula* (ou verbo substantivo) no século XIX

A expressão ‘verbo substantivo’ apareceu posteriormente, com Prisciano² (séculos V e VI d. C.), mas o conceito de *cópula* já estava presente no texto *Da Interpretação*, de Aristóteles (século IV a.C.), como aquele verbo que, numa proposição, une o sujeito ao atributo. Esta função seria sempre exercida pelo verbo *ser* (*eînai*, em grego). Nosso objetivo neste texto, porém, não é falar da história desse conceito, mas fazer um panorama geral de como ele foi concebido nas obras que tiveram mais impacto sobre a gramaticografia brasileira oitocentista.

Um conceito similar àquele sustentado por Aristóteles, tendo como base a proposição, é retomado (por caminhos não-lineares e num novo clima de opinião³) na *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (1660), de Arnauld (1612-1694) e Lancelot (1615-1695). Esta gramática assumia que as línguas são manifestação do pensamento e, portanto, secundárias em relação a ele. O pensamento, por pertencer ao ser humano, seria universal, já as línguas, sendo produtos de diferentes contingências, eram conhecidas por variarem entre si. Dessa forma, a *Grammaire* propõe que é possível

² Entretanto, ressaltamos que Prisciano não usa o termo com base em Aristóteles, mas com base na tradução que faz da *Syntaxe* de Apolônio Díscolo (século II d. C.) e, por conta disso, não há um arcabouço teórico por trás do uso do termo por Prisciano (cf. García 2004).

³ Quando Aristóteles fala da proposição e da *cópula*, sua intenção não é fazer uma gramática geral, mas sim, uma lógica. Diferentemente, Arnauld e Lancelot (1660) acreditam ser possível desvendar uma língua subjacente, que diz respeito aos modos de funcionamento do pensamento, o qual por ser humano é universal. Daí que estão em climas de opinião bastante diversos, pois apesar de apresentarem uma descrição similar da *cópula* e da proposição, elas têm bases de conhecimento e objetivos bastante diferentes.

construir uma gramática universal, baseada em categorias e procedimentos próprios do pensamento que são, por sua vez, relacionados a categorias e procedimentos linguísticos.

Os autores da gramática de Port-Royal definiam ao menos três procedimentos essenciais do pensamento: 1) a *concepção* de um objeto, que se referiria a uma única palavra; 2) a formação de um *juízo*, que se referiria à união de dois conceitos, sendo correspondente nas línguas à proposição, que tem sempre, pelo menos, um sujeito e um atributo reunidos por uma cópula; 3) o desenvolvimento do *raciocínio*, que não é nada mais do que uma série de juízos, ou, linguisticamente falando, uma série de proposições⁴. A cópula do juízo diz respeito ao conceito de ‘verbo substantivo’, que é assim definido na *Grammaire*:

On peut dire que **le verbe de lui-même ne devoit point avoir d’autre usage que de marquer la liaison que nous faisons dans notre esprit des deux termes d’une proposition; mais il n’y que le verbe être qu’on appelle substantif** qui soit demeuré dans cette simplicité, & encontre l’on peut dire qu’il n’y est proprement demeuré que dans la troisième du present, *est*, & en de certaines rencontres. Car **comme les hommes se portent naturellement à abréger leurs expressions, ils ont joint presque toujours à l’affirmation d’autres significations dans un même mot**. Ils y ont joint celle de quelque attribut, de sorte qu’alors deux mots font une proposition: comme **quand je dis, *Petrus vivit, Pierre vit; parce que l’attribut d’être vivant; et ainsi c’est la même chose de dire, Pierre vit, que de dire Pierre est vivant***. De là est venue la grande diversité des verbes dans chaque langue; au lieu que, si on s’étoit contenté de donner au verbe la signification générale de l’affirmation, sans y joindre aucun attribut particulier, on n’auroit eu besoin, dans chaque langue, que d’un seul verbe, qui est celui qu’on appelle substantif. (negritos nossos)

[*Pode-se dizer que o verbo ele mesmo não devia ter outro uso senão o de marcar a ligação que fazemos dos dois termos de uma proposição em nosso espírito; não há outro verbo senão o verbo ser, a que chamamos substantivo, pois não há outro que mantém tal simplicidade, e ainda se pode dizer que essa simplicidade apenas se mantém propriamente na terceira pessoa do presente, é, e em certos encontros. Pois como o homem naturalmente abrevia suas expressões, eles juntam frequentemente a afirmação e outras significações numa única palavra. Como quando juntam à afirmação a significação de um atributo, de maneira que duas palavras formem uma proposição: como quando eu digo *Petrus vivit, Pedro vive; com o atributo de ser vivente; e assim é a mesma coisa dizer Pedro vive e dizer Pedro é vivente. Esta é a origem da grande diversidade de verbos em cada língua; em vez disso,**

⁴ Apresentamos essa mesma explicação em maiores detalhes em Polachini (2012).

se nos contentarmos de dar ao verbo a significação geral da afirmação, sem juntá-lo a nenhum atributo particular, haverá necessidade, em cada língua, de um verbo apenas, que é aquele a que chamamos de substantivo.]⁵

De acordo com a teoria, sendo todas as proposições compostas por ao menos três elementos, o verbo substantivo seria o único verbo de fato, ao passo que os outros seriam a união abreviada entre um verbo substantivo e um atributo, união esta que constituía verbos chamados ‘adjetivos’ na *Grammaire* de Port-Royal, e posteriormente seriam também chamados de ‘atributivos’ ou ‘concretos’⁶. Assim, uma proposição como *Pedro vive*, deveria ser analisada como *Pedro é vivente*. O verbo somente afirma ou une. A ação, a paixão etc., é função do atributo que se uniu ao verbo substantivo (*ser*). Essas ideias serão em boa parte preservadas nos dois séculos posteriores por gramáticos como Du Marsais (1676-1756), Beauzée (1717-1789), Condillac (1714-1780) e Burgraff (1803-1881), muito embora haja ressignificações.

Entretanto, mais ou menos, na metade do século XIX, essa a concepção de cópula como parte essencial do verbo e da proposição passa a ser desacreditada. Em grande parte porque a noção de gramática geral (ou universal) deixa de ser o centro das atenções na análise linguística, tendo seu lugar tomado pelo exame e pela comparação de dados de línguas particulares e famílias linguísticas, tal como preconizava a gramática histórico-comparativa (cf. Auroux, 1992; Swiggers, 1997, entre outros). Passa-se da ênfase sobre o que estaria subjacente à ênfase sobre o que é manifestado na língua. Logo, não faria sentido haver, na teorização sobre a língua, um verbo que também está, na maior parte dos casos, subjacente a essa língua manifestada. Por conta disso, o termo e o conceito de verbo substantivo tendem a se esvaziar e, paulatinamente, a desaparecer na gramaticografia

⁵ Tradução nossa, negritos nossos.

⁶ A mudança de significante tem relevância no significado. Como se sabe, a oposição entre ‘verbo substantivo’ e ‘verbo adjetivo’, termos medievais, é análoga à oposição ‘nome substantivo’ e ‘nome adjetivo’ – oposição esta que estava necessariamente ligada ao significado de substância e do complementar dessa substância, isto é, aquele que a qualifica ou a classifica. Quando o significante torna-se ‘verbo concreto’ na *Grammaire générale ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage, pour servir de fondement à l’étude de toutes les langues* (1767), de Nicolas Beauzée (1717-1789) há uma mudança de significado, relativa à concepção de existência que os verbos carregam, que assim define o próprio Beauzée “Je crois donc qu’il seroit plus raisonnable d’appeler abstrait le verbe que l’on nomme substantif; parce qu’en effet il fait abstraction de tout attribut déterminé et alors ceux que l’on nomme adjectifs décroient s’appeler concrets; parce qu’ils expriment tout à la fois l’existence et l’attribut déterminé, comme aimer, partir etc” (Beauzée 1767:414 *apud* Bouard 2007:386). Quando surge o significante ‘verbo atributivo’, nos *Principes de Grammaire Générale, Appliqués à langue française* (1799), de Silvestre de Sacy (1758-1738), ele está relacionado a atributo, que é uma função sintática então, isto é, uma das partes essenciais da proposição, juntamente com o sujeito e a cópula (cf. Bouard 2007:430-1).

ocidental entre meados do século XIX e início do século XX. Esse percurso comportou no Brasil diferentes fases, com rearticulações e deslocamentos de sentido relevantes, que estamos procurando investigar.

A gramaticografia brasileira do português

A gramaticografia brasileira de língua portuguesa emerge no início do século XIX e sua produção torna-se cada vez maior ao longo do século. Mais ou menos em torno de 1880 é que se inicia a ruptura entre o modelo da gramática geral e a gramática portuguesa impactada pelos procedimentos da gramática histórico-comparada, como versam as periodizações sobre o período (cf., por exemplo, Nascentes, 1939; Elia, 1975; Cavaliere, 2001; Parreira, 2011; Polachini, 2013). É também nesse momento que o conceito de ‘verbo substantivo’ passa a ser omitido ou criticado. Nosso objetivo nessa pesquisa é, num primeiro momento, mapear como esse verbo é definido em gramáticas de todo o século XIX. E, num segundo momento, relacionar esse conceito a outros da gramática, observando como sua queda pode ter tido impacto neles e, por consequência, na própria forma de se conceber e estruturar gramáticas brasileiras de língua portuguesa.

Para tanto, a metodologia usada neste trabalho (tal como na pesquisa de doutorado) é baseada numa proposta de Swiggers (2010), de que todo termo pode ser analisado por seu *conteúdo focal*, que refere-se ao conteúdo dele próprio, e por um *conteúdo contrastivo*, definido como a rede, implícita ou explícita, de conteúdos no interior da qual um termo assume seu valor dinâmico. Temos analisado o conteúdo focal de ‘verbo substantivo’ e de ‘verbo adjetivo’. O conteúdo contrastivo gira em torno das noções de ‘verbo’ e de ‘proposição’ e do tratamento da sintaxe.

Na pesquisa de doutorado, fizemos uma pesquisa exaustiva acerca de quais e quantas eram as gramáticas publicadas no século XIX, em parte por meio de buscas em catálogos de bibliotecas ou sebos, em parte por meio de fontes secundárias que mencionem obras desse período. Isso proporcionou alguns números⁷, foram localizadas já setenta obras (incluindo eventuais reedições). Ademais, houve notícia, por meio de fontes secundárias, de setenta e nove outras obras. Dessa forma, foi possível sistematizar informações

⁷ Outros levantamentos de gramáticas são feitos pelo *Projeto Documenta Grammaticae et Historiae*, promovido por pesquisadores do Centro de Documentação e Historiografia Linguística da Universidade de São Paulo, dentre eles, um que gira em torno de gramáticas do português, sejam brasileiras ou portuguesas (cf. Altman & Coelho, s.d.).

bibliográficas acerca de um total de 149 obras; as quais estão listadas e separadas por décadas na tabela adiante:

Total: 149	
1800: 1	1850: 12
1810: 3	1860: 28
1820: 3	1870: 27
1830: 9	1880: 37
1840: 9	1890: 20
Total: 25	Total: 124

Tabela 1 – Números de gramáticas do português publicadas por brasileiros por década

A partir desses dados, podemos ter uma primeira contextualização dessa produção. É notável na listagem que a segunda metade do século tenha produzido cinco vezes a produção da primeira metade, isto é, 124 gramáticas, em relação às 25 produzidas anteriormente. É notável também que a década de 1880 tenha uma produção mais acentuada, chegando a 37 obras, enquanto as outras décadas com um grande número de publicações, 1860 e 1870, chegam a 28 e 27 obras publicadas, respectivamente. É possível que isto esteja relacionado ao fato de que 1880 é a década que a maior parte das periodizações aponta como aquela em que se iniciou, no Brasil, aquela ruptura epistemológica a que nos referimos antes – ou seja, a que se refere à queda paulatina da influência da gramática geral (sobretudo de origem francesa) e à emergência, também gradual, de uma gramática portuguesa que se dizia impactada pelos estudos de gramática histórico-comparativa. Assim, devido à ruptura e à necessidade de afirmar a inovação, a produção gramatical seria maior. Entretanto, os anos 1890 têm uma produção menos representativa em relação às quatro décadas anteriores, apenas 20 gramáticas publicadas.

Outros aspectos devem ser colocados em pauta, como o título das obras – os quais podem se referir a cidades⁸, a assunções teóricas e/ou modelos de gramática (*filosófica, geral, analítica* ou simplesmente *portuguesa*, entre outros). Ademais, a distribuição das publicações nos estados brasileiros também nos interessa. A grande maioria das obras é publicada na capital de então, o Rio de Janeiro, porém é preciso observar onde e quando havia outros focos de publicação no período. Neste trabalho, porém, como não é nosso

⁸ Para mais detalhes sobre a frequente referência a cidades, ver Polachini (2013:48), em que correlacionamos isto ao *Ato Adicional à Constituição de 1824*, ocorrido em 1834, no qual se afirma que apenas o estudo superior seria (mantido como) responsabilidade do Império, os estudos primários e secundários haviam passado a ser responsabilidade das províncias.

objetivo fazer um panorama contextual, trataremos diretamente das duas obras de que falamos.

Antes, realçamos a importância de se lidar com reedições. Temos trabalhado com todas as reedições que encontramos de cada obra. Acreditamos que isso possa ser revelador de um processo mais elástico de continuidades e discontinuidades, na medida em que uma mesma obra pode ser reeditada por décadas e décadas, como é o caso da gramática de Coruja, que é quase a mesma de 1835 até, pelo menos, 1873⁹, o que pode ser um forte indício da manutenção do nível de aceitação das ideias que ela veicula. As reedições também podem indicar rupturas metodológicas que revelem um momento de transição coletivo, como é o caso das reedições da gramática de Freire da Silva (1875, 1894)¹⁰. Neste trabalho, temos como objeto as três edições da *Grammatica Portugueza* de Sotero dos Reis, publicadas em 1866, 1871 e 1877, todas no Maranhão. As duas últimas são póstumas e tiveram pequenas interferências dos filhos do gramático, entretanto, no tema que pretendemos tratar, há somente continuidades. Conhecemos apenas uma edição da *Grammatica Portugueza Philosophica*, de Carneiro Ribeiro, publicada em 1877, na Bahia.

As duas obras fazem parte do período anterior à ruptura com a gramática geral, que é, em geral, visto como se iniciando com a publicação da *Grammatica Portugueza* de Julio Ribeiro, em 1881 – e certamente esse foi um processo multifacetado e gradual que se estendeu até o início do século XX. É preciso, porém, lembrar que Carneiro Ribeiro publica em 1890 seus *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*, em 1890 (a qual é reeditada, com alterações diversas, até pelo menos 1950), sob impacto da gramática histórico-comparativa.

A gramaticografia brasileira do português se inicia em 1806 com a publicação do *Epitome da Grammatica Portugueza*, de Antonio Morais Silva (1755-1824), que muito embora tenha sido publicado em Lisboa, foi escrito por gramático nascido na colônia. Suas influências oscilam entre, pelo menos, a *Grammaire* de Port-Royal, o *Hermes* (1751) de

⁹ *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional: dedicado á mocidade rio-grandense*, de Antônio Álvares Pereira Coruja, de que tivemos contato com três edições, a 1ª de 1835, a 4ª de 1846 e a edição de 1873, que não tem número, é somente denominada “nova edição”.

¹⁰ Muito embora as obras tenham títulos e conteúdos bastante diversos, Freire da Silva as considerada edições de uma mesma obra. A primeira de 1871, com a qual não tivemos contato ainda, chama-se *Noções de prosódia e orthographia*, e é posteriormente integrada ao *Compendio de Grammatica da Lingua Portugueza*, que então contava também com um estudo das palavras e da sintaxe. Já a oitava edição, já de 1894, chama-se *Grammatica Portugueza*. Blake (1895) ainda menciona a terceira (1879) e quarta (1883) publicadas com muitas modificações.

James Harris, Du Marsais e Beauzée. As gramáticas posteriores que pudemos já analisar¹¹ também tem como principal base a gramaticografia francesa relacionada à *grammaire générale*. Dessa forma, é possível assumir que da primeira década do século XIX até mais ou menos 1880, a *grammaire générale* foi uma influência marcante, muito embora seja necessário nuançar a maneira como se deu essa influência, pois a tradição francesa já é multifacetada (cf. Rosiello 1967, Chevalier 1968, Raby 2000, Bouard 2007), logo, não há razão para não pensar o mesmo daquela tradição receptiva a ela, tendo ainda em conta que a recepção frequentemente provoca deslocamentos, ainda mais em se tratando da descrição de uma língua diferente. Dado isto, analisamos duas obras próximas à ruptura com a influência da *grammaire générale* no Brasil a fim de observar como cada uma delas lidava com um conceito que, parece-nos, era estrutural nessa tradição, dado que se relacionava fielmente às suas assunções teóricas (como aquela de que as línguas são expressão de um pensamento, no qual se pode encontrar algo comum delas), como outros aspectos de descrição da língua (como a concepção fixa da proposição tripartite). Adiante realizamos a análise do conteúdo focal e conteúdo contrastivo do conceito.

Rede conceitual: a cópula em Sotero dos Reis e Carneiro Ribeiro

Em relação à análise do conteúdo focal, Sotero dos Reis (1866, 1871, 1877) define o ‘verbo substantivo’ e ‘verbo atributivo’ como:

Verbo substantivo é o verbo em sua fôrma primitiva, ou o verbo, *Ser*, na lingua portugueza, como fica dito. Chama-se *substantivo* o verbo quando se apresenta debaixo d’esta forma, ou separado do attributo, com o qual se combina para formar o chamado verbo *attributivo* ou *adjectivo*, porque só elle é o verbo subsistente por si mesmo, ou o unico verbo que exprime a affirmação, e pelo qual se podem resolver todas as proposições de qualquer lingua. [...] **A forma primitiva do verbo é uma e unica em todas as linguas**: na portugueza, *Ser*, que quer dizer, ser *ente*, indeterminadamente: nas outras, equivalente de, *Ser* [...] Chama-se, *attributivo* ou *adjectivo* **o verbo quando se acha unido ao attributo**, isto, por opposição ao verbo *substantivo*, ou quando está delle separado, como si se dissesse verbo combinado com um attributo ou um adjectivo. **A necessidade de abreviar o discurso**, para de algum modo acompanhar o pensamento na rapidez, levou **o homem a unir o verbo ao attributo; assim em vez de dizer com duas palavras, *Ser creante, Ser vivente,***

¹¹ Como, por exemplo, o *Compendio da grammatica da lingua nacional, dedicado á mocidade rio-grandense* de Coruja (1835, 1846, 1873), o *Compendio de grammatica portugueza, para uso das Escolas de Primeiras Letras* (1829) e o *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza, escolhida pela congregacao do lyceo do maranhao* (1853, 1859) de Costa Duarte, e o *Breve Compendio de Grammatica Portugueza* (1875) de Freire da Silva.

disse com uma só, *Crear, Viver*, o que é muito mais conciso. Tres são as terminações infinitivas do verbo attributivo na lingua portugueza, e por consequinle tres as conjugações a que dão origem: a primeira em *ar*, como *Amar*; a segunda em *êr*, como *Mover*; a terceira em *ir*, como *Unir*. **Todas essas terminações comprehendem o attributo grammatical e o verbo *Ser*, que se torna patente na terminação em *er* da segunda conjugação.** A terminação em *ar* é evidentemente uma terminação contracta de *aer*, e a terminação em *ir* é também outra terminação contracta de *ier*. Assim *Amar* quer dizer amante *ser*, ou *ser* o que ama; *Mover*, movente *ser*, ou *ser* o que move; *Unir*, uninte *ser*, ou *ser* o que une. A terminação infinitiva em *ôr*, que só se nota no verbo *Pôr* e seus compostos, não dá origem a uma conjugação especial, porque *Pôr* é contracção de *Poêr* como se dizia antigamente. (Sotero dos Reis 1866:45-61, 1871: 45-67, 1877: 39-58)

O gramático considera o verbo substantivo como primitivo de tal forma que acredita que o verbo *ser* estaria contido na língua manifestada, e, dessa forma, *ar* seria redução de *aer* e *ir*, de *ier*. De maneira similar, ao demonstrar os paradigmas de conjugação nas tábuas, ele assume que há equivalência entre a forma conjugada do verbo attributivo e a junção entre um verbo substantivo e o attributo, como em “tem-*o*, temente *sou*; tem-*es*, temente *és* [...]” (1866:71, 1871:88-89 1877:73).

Sotero dos Reis apresenta o verbo substantivo por pelo menos três critérios: sua natureza enquanto “verbo primitivo”, sua independência em relação ao attributo, e sua importância na análise de proposições, já que como se vê na definição dada ao ‘verbo attributivo’, a análise de todo verbo tem como resultado o ‘verbo substantivo’ seguido de um attributo. Há consequências mais concretas da assunção do verbo substantivo como “verbo primitivo”, como a aquela de que as conjugações *ar* e *ir* terem tido na história da língua um *e* latente, que se refere ao verbo *ser*, como na versão primitiva dessas conjugações, que seriam *aer* e *ier*, já a conjugação *er* manteve o *e*. Ademais, a presença de exemplos em que a língua subjacente é confrontada com a língua manifestada revela que o gramático considera esses dois níveis, sendo aquela da linguagem subjacente a que deve ser analisada, sendo assim coerente com a constatação de que pelo verbo substantivo “se resolvem todas as proposições da língua”.

Na análise do conteúdo dinâmico observamos os conceitos de ‘verbo’ e de ‘proposição’. O ‘verbo’ é definido como “palavra que serve para affirmar a existencia da qualidade na substancia, pessoa ou cousa, e por consequinte, o nexu ou copula, que une o attributo ao sujeito da proposição[...]” (Sotero dos Reis 1866:38, 1871:38-39, 1877:33).

Nota-se que o atributo é separado da concepção de verbo, visto que este afirma a qualidade daquele no sujeito (substância, pessoa ou coisa) e também que o verbo realiza a união do sujeito e o atributo da proposição. Assim, muito embora Sotero dos Reis não tenha definido a função sintática, nem a função semântica do ‘verbo substantivo’, é somente o verbo substantivo que está sendo considerado como verbo, já que a função semântica da afirmação da existência e a função sintática de união não incluem o atributo. Isso fica evidente quando ele declara que “A forma primitiva do verbo é uma e unica em todas as linguas: na portugueza, *Ser*, que quer dizer, ser *ente*, indeterminadamente: nas outras, equivalente de, *Ser*.” (Sotero dos Reis 1866:38, 1871:38, 1877:33-34).

A proposição, por sua vez, é o “enunciado do juízo, na qual afirma-se uma coisa de outra por meio de três termos: o sujeito, o atributo e o nexos entre eles, que é feito pelo verbo” (Sotero dos Reis 1866:169, 1871:148, 1877:138). A definição de proposição é a tradicional tripartite de Port-Royal (que foi continuada por muitos outros gramáticos franceses¹²), ademais, em seu aspecto holístico ela é definida como juízo, remetendo aos procedimentos do pensamento.

Observa-se, em suma, que Sotero dos Reis, apresenta o verbo substantivo como parte essencial para a definição não só do verbo como da proposição. Esses conceitos são coerentes entre si. A assunção de um nível subjacente da linguagem se dá especialmente na definição e nos exemplos de ‘verbo atributivo’, entretanto, como a concepção de verbo e de proposição são consequentes desse conceito, o qual, por sua vez, é interligado ao de ‘verbo substantivo’, pode-se dizer que a rede conceitual sustentada por Sotero dos Reis tem como base a ideia de que a língua portuguesa pode ser analisada por meio da assunção de um nível subjacente. Por fim, ressaltamos a concepção de ‘verbo substantivo’ enquanto “verbo primitivo”, na medida em que, parece-nos, Sotero dos Reis mescla duas possibilidades de interpretação desse conceito: seja como verbo *essencial*, presente em todos os outros verbos, como também verbo *primeiro*, que existiu antes dos outros.

Carneiro Ribeiro, embora publique sua gramática no mesmo ano em que é publicada a terceira edição de Sotero dos Reis, isto é, 1877, apresenta algumas diferenças no

¹² Há mudanças na tradição da *grammaire générale*, como a assunção de que o verbo substantivo/concreto não seria independente do atributo, formando com ele uma só parte, como fazem, por exemplo, em Du Marsais e Beauzée (cf. Rosiello 1967, Bouard 2007). Em geral, entretanto, a concepção tripartite de proposição é mantida.

conteúdo focal e contrastivo de ‘verbo substantivo’. O ‘verbo concreto’ e o ‘verbo abstrato’, terminologia herdada de Beauzée (1767) (ver nota 6), são assim definidos:

O verbo abstracto é o que designa o ser pela ideia precisa da existencia intellectual com relação a um attributo qualquer. O verbo concreto é o que designa o ser pela ideia precisa da existencia intellectual com relação a um attributo determinado, concentrado e contido na expressão verbal. . Só ha um verbo abstracto, que é o verbo *ser*; todos os mais são concretos.

Essas definições são traduções literais de Beauzée (1767)¹³, que costumava definir o verbo não pela afirmação ou cópula, mas sobretudo pela noção de *existência intelectual*. Pode-se ver que a diferença entre os dois tipos de verbo é a presença ou ausência do atributo. Entretanto, quando o tema passa a ser a ordem dos verbos, Carneiro Ribeiro parece entrar em uma polêmica:

Racionalmente fallando é o verbo *ser* anterior a todos os outros verbos: porque, sendo a existencia o attributo universal dos seres, e indicando todos os verbos a existencia simples combinada com um attributo, tem o verbo ser a prioridade logica relativamente aos outros pela razão de ser o unico que designa a existencia simples, abstracta, desacompanhada de ideia attributiva. Todos os verbos concretos, pois, **racionalmente considerados**, contem a ideia exprimida pelo verbo abstracto *ser*, **combinada mentalmente** com um attributo. Já não será exacto, **chronologicamente fallando**, considerar o verbo *ser* anterior aos outros: não só porque o verbo *ser* (*esse*) não teve sempre essa significação abstracta e pelo contrario indicou a principio uma ideia material e concreta, como porque **não poderia ser o primitivo da linguagem**, visto que **é a abstracção um processo ulterior do espirito**. (Carneiro Ribeiro 250-251 – grifos nossos)

Carneiro Ribeiro distingue um ponto de vista *racional e mental* de outro *cronológico*. No ponto de vista *racional e mental*, o verbo abstrato é anterior, por ter prioridade lógica em relação aos outros verbos. Do ponto de vista *cronológico*, entretanto, o verbo substantivo seria posterior, e, para tanto, o gramático apresenta duas justificativas diferentes. A primeira diz respeito à análise da língua latina, em que, segundo ele, o verbo *esse* (*ser*) não teve sempre significação abstrata. A segunda justificativa diz respeito a uma das teorias acerca do progresso da linguagem que vigoravam no período, a teoria

¹³ “Le Verbe substantif ou abstrait est celui qui désigne par l’idée précise de l’existence intellectuelle, avec relation à un attribut quelconque [...] Le Verbe adjectif ou concret est celui qui désigne par l’idée précise de l’existence intellectuelle, avec relation à un attribut déterminé, qui est compris dans la signification totale du Verbe; come quand on dit, *Dieu VEUT, les hommes TREMBLERONT* [...] *Dieu EST VOULANT, les hommes SERONT TREMBLANTS.*” (Beauzée 1767: 405-406)

mencionada dizia que o conhecimento e, portanto, as línguas, caminhavam do material/sensível para o abstrato/reflexivo. Logo, desse ponto de vista, o verbo abstrato, como já diz seu próprio nome, deveria ser cronologicamente posterior ao verbo concreto. Esse tipo de análise, porém, acaba por causar contradições na obra. Embora as duas definições dadas para o verbo preconizem o modo de pensar e conhecer do homem, o primeiro tem como base um pensamento lógico universal e, por isso, atemporal, enquanto o segundo já insere a cronologia, etapas de uma língua, seja nesse modo de pensar, seja na própria língua manifestada – pois ao citar o *esse* latino, Carneiro Ribeiro pode estar fazendo referência à história do português.

Ainda acerca da definição dada aos ‘verbos concretos’, o gramático baiano não apresenta exemplos como aqueles de Sotero dos Reis, que fragmentavam um verbo atributivo no ‘verbo substantivo’ e um ‘atributo’. Carneiro Ribeiro apenas afirma que num verbo como *amar*, existe a ligação feita entre um atributo e o verbo, mas não demonstra isso em exemplos que remetam a uma linguagem subjacente:

Quando, porem, dizemos: *Pedro ama a virtude, Francisco dança, elles cantão, teos irmãos farão essa viagem*: os vocabulos *ama, dança, cantão, farão*, são formas ou variações diversas dos verbos concretos *amar, dançar, cantar, fazer*, as quaes exprimem os sujeitos *Pedro, Francisco, elles, teos irmãos* pela ideia precisa da existencia intellectual com relação aos attributos determinados contidos nas expressões verbaes *ama, dança, cantão, farão*. (Carneiro Ribeiro 1877:250)

A ausência de exemplos que apresentem uma linguagem subjacente pode ser efeito da transição por que Carneiro Ribeiro passa: por um lado, ele apresenta os preceitos da *grammaire générale*, mas faz ressalvas tendo em conta a língua manifestada: como quando realça que o verbo abstrato é primeiro apenas quando considerado *logicamente*, tal como a conexão entre um verbo abstrato e o atributo, na formação de um verbo concreto, se dá apenas *mentalmente* e de um ponto de vista *racional*. Ao expressar esses vieses, dando nome a eles, Carneiro Ribeiro parece estar num clima de opinião que já não trata isso como uma verdade estabelecida, pois caso o fossem, não seria necessário nomeá-los, visto que os conceitos já seriam pressupostos. Na medida em que o gramático os nomeia, parece não estar mais dentro dessa verdade estabelecida. Em relação ao conteúdo contrastivo, o verbo é “a palavra que designa o ser pela ideia precisa da existencia intellectual com relação a um atributo qualquer”. Mais uma vez, idêntica à definição dada para o ‘verbo abstrato’. Dessa forma, vemos que Carneiro Ribeiro considera este o verbo *de fato*.

No que diz respeito à ‘oração’ ele diz que:

“outra coisa não é que a enunciação de um juízo [...] *Logicamente* considerada compõe-se a oração de três partes: sujeito, verbo e attributo ou predicado. Considerada, porém, *gramaticalmente* compõe-se de tantas partes, quantas são as palavras de que consta.”

O gramático baiano retoma a ressalva de que há um ponto de vista *lógico* e agora o opõe a um ponto de vista *gramatical*. Dentro do ponto de vista lógico, a ‘oração’ é tripartite (contém ‘sujeito’, ‘atributo’ e a cópula entre eles, feita pelo ‘verbo’), ela se apresenta também na ‘proposição’ de Sotero dos Reis (1866, 1871, 1877), e é relevante na tradição da *grammaire générale*, iniciada pela *Grammaire* de Port-Royal, como vimos. Já a concepção *gramatical* de ‘oração’ e esta não tem uma designação certa do número de palavras, nem são apresentadas suas funções, apenas se diz que ela compõe-se de um número de partes igual ao de palavras de que consta. Parece haver nessa concepção de ‘oração’ um direcionamento para a língua manifestada, em detrimento da língua lógica subjacente da outra concepção de ‘oração’.

Em suma, pode-se dizer que Carneiro Ribeiro está num período de transição, em que é preciso explicitar o viés utilizado, pois ele não é simplesmente assumido consensualmente. Este pode, porém, ser uma característica pessoal do próprio autor, que continua a usar o recurso nos seus *Serões Grammaticaes*, de 1890, em que continua a apresentar mais de um tipo de análise de oração, por exemplo, considerando que os *Serões Grammaticais* é uma gramática publicada num momento em que a ruptura com a gramática geral e a entrada de métodos e assunções da gramática histórico-comparada já se estabeleciam no Brasil¹⁴. Carneiro Ribeiro forma uma rede conceitual mais frouxa, pois, se por um lado ele assume o ‘verbo’ como ‘verbo abstrato’, por outro, há ressalvas e ausência de exemplos que acabam por deslegitimar uma língua subjacente universal. Parece-nos que na gramática de Carneiro Ribeiro há indícios, ainda que sutis, de um encaminhamento para o estudo da língua manifestada, em detrimento da língua subjacente. Isso fica claro na comparação com Sotero dos Reis, pois na gramática do autor maranhense a rede conceitual formada pelo ‘verbo substantivo’ é bastante consistente.

¹⁴ Veja-se, por exemplo, que em 1887 passa a vigorar no Colégio Pedro II um Programa de Estudos para os exames de língua portuguesa escrito por Fausto Barreto, o que faz com que as gramáticas que quisessem ser utilizadas pelos alunos do colégio, que na época era um colégio modelo, tivessem que se adaptar aos tópicos colocados no Programa. Esses tópicos, em geral, versavam sobre métodos e resultados alcançados por meio da metodologia da gramática histórico-comparada (cf. Ribeiro, 2007; Polachini 2013).

Um aspecto a ser enfatizado a partir da comparação entre a rede conceitual formada em torno do verbo substantivo nas duas gramáticas é que o período que sustenta a concepção de ‘verbo substantivo/abstrato’¹⁵ não é monolítico, visto que trata do mesmo tema de forma diversa, seja no conteúdo focal, seja no conteúdo contrastivo. Nota-se que, para além da transição por que Carneiro Ribeiro parece passar, ele define o verbo pelo seu significado de existência, ao passo que Sotero dos Reis enfatiza afirmação e cópula, distinção essa que há na própria tradição francesa da *grammaire générale*¹⁶. Há um feixe de formas de lidar com o termo e o conceito de ‘verbo substantivo/abstrato’, e consequentemente com a rede conceitual que o cerca, que ultrapassa a separação entre uma gramática geral e outra histórico-comparativa.

Referências Bibliográficas

ALTMAN, Cristina; COELHO, Olga. *Documenta Grammaticae et Historiae: projeto de documentação linguística e historiográfica (séculos XVI-XIX)*. São Paulo, CEDOCH - DL - USP. (site: www.fflch.usp.br/dl/documenta).

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal. Paris: de l’imprimerie de Munier. 1803[1660].

AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. 2ª ed. Tradução do francês de Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: Editora Unicamp. 2009 [1992].

BEAUZÉE, Nicolas. *Grammaire Générale ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage, pour servir de fondement à l’étude de toutes les langues*. Tome Premier. Paris: J. Barbou. 1767.

BLAKE, Augusto V. A. Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Terceiro Volume (Fr-Jo). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

¹⁵ Esse período é quase coincidente com aquele especificado por Cavalieri (2001) como *período filosófico*, que vai de 1806 a 1881. Entretanto, há gramáticas que já omitem o termo, como a primeira edição do *Compêndio* de Coruja, de 1835, ou a *Grammatica Analytica*, de Grivet, de 1865. A concepção aparece também em gramáticas posteriores a 1881, como a primeira edição da *Grammatica Portuguesa* do próprio Julio Ribeiro, de 1881; o *Manual* e a *Grammatica* de Costa e Cunha, de 1883 e 1895, respectivamente; a *Grammatica Analytica* de Maciel, de 1887; a *Grammatica Portuguesa*, de João Ribeiro, terceira edição, de 1889; os *Serões* de Carneiro Ribeiro, de 1890, que já citamos anteriormente; as duas edições da gramática de Pacheco & Lameira, de 1887 e 1894. As outras obras posteriores a 1881 analisadas na pesquisa que desenvolvemos já não citam o conceito ou o criticam, sem utilizá-lo, são elas: A *Nova Grammatica* de Grivet, publicada em 1881; a segunda edição da *Grammatica Portuguesa* de Julio Ribeiro, de 1885; 8ª edição da *Grammatica Portuguesa* de Gomes, de 1895; a *Grammatica* de Boscoli, de 1900; e a quarta edição da *Grammatica Descriptiva*, de Maciel 1902.

¹⁶ A título de exemplo, na *Grammaire* de Port-Royal (1660), há ênfase na concepção de cópula e afirmação, já na *Grammaire* de Beauzée (1767), a ênfase é na concepção de existência intelectual (cf. Bouard 2007).

BOUARD, Bérengère. “*Structure de la proposition et construction verbale: régime, complément et transitivité dans les grammaires françaises 1651-1863*”. Thèse de Doctorat. Université Paris Diderot (Paris 7), 2007.

CARNEIRO RIBEIRO, Ernersto. *Grammatica Portugueza Philosophica*. Bahia: Imprensa Economica, 1877.

CAVALIERE, Ricardo. “Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil”. *Alfa*. v. 45, 2001, p. 49-69.

CHEVALIER, Jean-Claude. *Histoire de la syntaxe: naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750)*. Genève : Librairie Droz, 1968.

ELIA, Silvio. “Os Estudos Filológicos no Brasil” In: *Ensaio de Filologia e Linguística*. Rio de Janeiro: Grifo. 2ª ed., 1975, pp. 117-176.

GARCÍA, Ventura S. “El tratamiento de la cópula verbal em la historia del pensamiento lingüístico”. *Estudios de Lingüística: el verbo*, 2004, p. 529-557.

HARRIS, James. *Hermes or A Philosophical inquiry concerning vniversal grammar*. The sixth edition. London: Printed for F. Wingrave, 1806 [1751].

NASCENTES, Antenor. “A filologia portuguesa no Brasil (esboço histórico)” In: _____. *Estudos Filologicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939, p. 21-45.

PARREIRA, Andressa D. *Contribución a la historia de la gramática brasileña del siglo XIX*. Tesis Doctoral. Universidad de Salamanca. Faculdade de Filología, julio de 2011.

POLACHINI, Bruna S. “Considerações sobre o impacto da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (1660) no tratamento da sintaxe de gramáticas brasileiras dos português do século XIX”. *Revista Confluência*. v. 39-40, 2012, p. 296-314.

POLACHINI, Bruna S. *O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do português do século XIX: estudo historiográfico*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 2013.

RABY, Valérie. *La proposition dans la grammaire generale francaise (1660-1803)*. Thèse de Doctorat. Université Paris Diderot (Paris 7). 2000.

ROSIELLO, Luigi. *Linguistica Illuminista*. Bologna: Il Mulino, 1967.

SILVESTRE DE SACY, Antoine Isaac. *Principes de Grammaire Générale, Appliqués à langue française*, Paris: Deterville, 1799.

SOTERO DOS REIS, Francisco. *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*. Maranhao: s.n, 1866.

SOTERO DOS REIS, Francisco. *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*. 2ª ed revista, corrigida e

aumentada por Francisco Sotero dos Reis Junior e Americo Vespuccio dos Reis. Maranhão: Typ. R. d'Almeida & C, 1871.

SOTERO DOS REIS, Francisco. *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*. 3. ed. revista, corrigida e aumentada por Francisco Sotero dos Reis Junior e Americo Vespuccio dos Reis. Maranhão: Livraria de Magalhães, 1877.

SWIGGERS, Pierre. *Histoire de la pensée linguistique – analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XIX^e siècle*. Paris : Presses Universitaires de France, 1997.

SWIGGERS, Pierre. “Le métalangage de la linguistique: reflexions à propos de la terminologie e de la terminographie linguistiques”. *Revista do GEL*. v. 7, n. 2, 2010, p. 9-29.